



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 10215.720162/2007-81
Recurso nº 921.444 De Ofício
Acórdão nº 2202-01.767 – 2^a Câmara / 2^a Turma Ordinária
Sessão de 15 de maio de 2012
Matéria ITR
Recorrente PEDRO ANTONIO RODRIGUES DE MELLO
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR

Exercício: 2003

DA REVISÃO DO LANÇAMENTO - ERRO DE FATO.

O lançamento deverá ser revisto, de ofício, quando caracterizada a ocorrência de erro de fato na área total do imóvel, informada na declaração anual do ITR
Recurso de ofício negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso de ofício, nos termos do voto do Relator.

(Assinado digitalmente)

Nelson Mallmann – Presidente

(Assinado digitalmente)

Antonio Lopo Martinez – Relator

Composição do colegiado: Participaram do presente julgamento os Conselheiros Maria Lúcia Moniz de Aragão Calomino Astorga, Eivanice Canário da Silva, Antonio Lopo Martinez, Odmir Fernandes, Pedro Anan Junior e Nelson Mallmann (Presidente). Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Rafael Pandolfo e Helenilson Cunha Pontes.

Relatório

Em desfavor do contribuinte, PEDRO ANTONIO RODRIGUES DE MELLO, foi lavrada a notificação de lançamento nº 02102/00015/2007 (fls. 04), no qual foi intimado a recolher o crédito tributário de R\$ 4.339.324,55, correspondente ao lançamento do ITR/2003, da multa proporcional (75,0%) e dos juros de mora calculados até 31/11/2007, tendo como objeto o imóvel rural "Fazenda Mello" (NIRF 6.565.9465), com a área total declarada de 1.290.762,0 ha, localizado no município de Novo Progresso – PA.

A descrição dos fatos, o enquadramento legal da infração e o demonstrativo da multa de ofício e dos juros de mora encontra-se às fls. 03/07.

A ação fiscal, proveniente da revisão da DITR/2003, iniciou-se com o termo de intimação de fls. 01/02, não atendido, para o contribuinte apresentar laudo de avaliação do imóvel, com ART/CREA, nos termos da NBR 14653 da ABNT, com fundamentação e grau de precisão II, contendo todos os elementos de pesquisa identificados. Na análise da DITR/2003, a autoridade fiscal **desconsiderou o VTN declarado de R\$ 0,00, arbitrando-o em R\$ 18.328.820,40 (R\$ 14,20/ha)**, com base no SIPT, tendo sido apurado imposto suplementar de R\$ 1.832.872,04, conforme demonstrado às fls. 06.

Cientificado do lançamento em 18/12/2007 (fls. 29/30), o contribuinte, inconformado com a referida notificação de lançamento, protocolou em 28/12/2007 a impugnação de fls. 10/11, exposta nesta sessão e lastreada nos documentos de fls. 17/28, alegando, em síntese:

- A área total informada na DITR/2003 foi digitada indevidamente com 1.290.762,0 ha, quando, verdade, o imóvel possui um total de 1.290,7 ha, área essa já cadastrada na Receita Federal e de acordo com documentos anexados;*
- solicita a respectiva alteração no campo “área total do imóvel” e concorda em pagar quaisquer débitos oriundos desse NIRF.*

Ao final, o contribuinte espera e requer o acolhimento da presente impugnação, por insubsistência e improcedência da ação fiscal, cancelando-se o débito fiscal reclamado referente ao ITR/2003.

A DRJ - Brasília ao apreciar as razões do impugnante julgou a impugnação procedente, retificando a área total informada na DITR/2003 de 1.290.762,0 ha para 1.290,7 ha, mantendo-se o VTN arbitrado (R\$ 14,20/ha), com a redução do imposto suplementar apurado de R\$ 1.832.872,04 para R\$ 778,04, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

A DRJ submeteu recurso de ofício à apreciação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda. O contribuinte foi cientificado do Acórdão da DRJ por edital, não se pronunciando sobre o mesmo.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Antonio Lopo Martinez, Relator

O recurso ofício reúne os pressupostos de admissibilidade previstos na legislação que rege o processo administrativo fiscal e deve, portanto, ser conhecido por esta Turma de Julgamento.

Em sua impugnação o contribuinte questionou que teria cometido um erro no preenchimento da DITR. Em face dos elementos presentes nos autos não resta dúvida que o erro está demonstrado. Ao tratar da matéria assim se pronunciou a DRJ:

O contribuinte alega que a área total correta da propriedade (1.290,7 ha), constante do CAFIR da RFB (fls. 19), foi informada erroneamente na DITR/2003 com 1.290.762,0 ha, por erro de digitação.

Em princípio, a aceitação da pretendida área total de 1.290,7 ha estaria prejudicada pela modalidade de lançamento do ITR/2003, autolançamento, e por ter sido apresentada somente após o início do procedimento de ofício. Entretanto, quando argüida pelo contribuinte na fase de impugnação, a hipótese de erro de fato deve ser analisada, observando-se aspectos de ordem legal.

Caso fosse negada essa oportunidade ao contribuinte, estaria sendo ignorado um dos princípios fundamentais do Sistema Tributário Nacional, qual seja, o da estrita legalidade e, como decorrência, o da verdade material. Porém, na hipótese levantada, o lançamento regularmente impugnado somente poderá ser alterado, nos termos do art. 145, inciso I, do CTN, em caso de evidente erro de fato, devidamente comprovado através de provas documentais hábeis e idôneas, previstas na Norma de Execução Cofis nº 003/2006.

No presente caso, o contribuinte também anexou aos autos cópia do protocolo do INCRA, memorial descritivo do imóvel e plantas topográficas (fls. 18/28), para comprovar a área total pretendida.

Diante dos fatos, atuou corretamente a DRJ ao retificar a área total do imóvel informada erroneamente na DITR/2003, de 1.290.762,0 ha para 1.290,7 ha e, consequentemente, ajustadas as áreas declaradas de preservação permanente e como ocupadas com benfeitorias, respectivamente, de 645.381,0 ha para 645,3 ha e de 190,0 ha para 0,2 ha.

Ante ao exposto, voto por negar provimento ao recurso de ofício.

(Assinado digitalmente)

Antonio Lopo Martinez

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 23/05/2012 por ANTONIO LOPO MARTINEZ, Assinado digitalmente em 25/05/201

2 por NELSON MALLMANN, Assinado digitalmente em 23/05/2012 por ANTONIO LOPO MARTINEZ

Impresso em 30/05/2012 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

CÓPIA